



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

**DECISÃO ao RECURSO e CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO: 02635/2025**

EMPRESA RECORRENTE: **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**

EMPRESA RECORRIDA: **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**

PROCESSO LICITATÓRIO: **06840/2024**

Referente ao:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024**

**DATA DA ABERTURA:** 09 de dezembro de 2024

**HORÁRIO:** 14:00

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA E DEMAIS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA), COM RESERVATÓRIO E CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço unitário para pronta contratação, conforme disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como, suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições contidas no instrumento convocatório. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 14/11/2024, no jornal de grande circulação (O Dia) em 15/11/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

Faço constar, para efeito de informação, que de acordo com entendimento da Procuradoria Geral do Município e deliberação do Exmo. Sr. Prefeito o processo licitatório em tela, conforme consta no Chat da Plataforma BLL Compras em 22/01/2025, teve sua sessão reaberta em 28/01/2025. As razões e documentos que fundamentaram a reabertura foram anexados a plataforma, na aba arquivos.

**DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, foi realizada de acordo com o item 11 do edital e Artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

A empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, denominada *RECORRENTE*, manifestou interesse de recurso, de acordo com o item 11.3.2, de forma e prazo correto, em 06/02/2025, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: "Com fulcro no disposto no inciso I do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, registra-se intenção recursal contra a decisão que declarou a White Martins reclassificada e habilitada do certame, conforme razões que serão fundamentalmente apresentadas por meio de memoriais de recurso."

**DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO e DO CONTRARRECURSO:**

O recurso foi interposto pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA** em 11 de fevereiro de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### Divisão de Licitação

2025, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

As contrarrazões ao recurso interposto foram apresentados pela empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA** em 14 de fevereiro de 2025, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

### DOS FATOS

Na realização do Pregão, as empresas participantes seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.

Classificação - Lote 1				
Classificados				
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME	
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	PARTICIPANTE 501	2,06		
AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	PARTICIPANTE 498	3,89		
IBG - INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	PARTICIPANTE 574	4,05		

Inabilitados				
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME	

Desclassificados				
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME	
MLX COMERCIO DE GASES LTDA	PARTICIPANTE 752	2,19		

### DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

Em síntese, a empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, denominada *RECORRENTE*, apresenta recurso administrativo “contra a decisão de habilitação da empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, doravante denominada **Recorrida**, deste processo licitatório, requerendo que seja este recebido e, após analisado, seja reformada a decisão proferida ou faça-o subir à Autoridade Superior”, apresentando suas fundamentações conforme abaixo:

Em suas considerações iniciais, item 1, a *RECORRENTE* contesta a decisão do Pregoeiro quanto à habilitação da *RECORRIDA*, apontando a existência de vícios insanáveis que ferem o princípio do instrumento convocatório. O recurso fundamenta-se nos princípios e normas que regem o processo licitatório, visando garantir a legalidade dos atos administrativos e a observância dos ditames legais, requerendo a reforma da decisão proferida, assegurando a justiça e a regularidade do procedimento licitatório.

No item 2, a *RECORRENTE* informa que a *RECORRIDA* perdeu o prazo para interposição de recurso administrativo contra sua inabilitação, configurando sua renúncia tácita ao direito de questionar a decisão, conforme o artigo 165, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. No entanto, a *Recorrida* utilizou uma Representação Constitucional para apresentar documentos fora do prazo, prática que afronta os princípios da preclusão e da segurança jurídica, gerando um benefício indevido e prejudicando a isonomia entre os concorrentes.

A Administração aceitou esses documentos e reabilitou a *Recorrida* sem dar oportunidade às demais licitantes de se manifestarem, configurando cerceamento de defesa e violação ao contraditório e à ampla defesa, garantidos pelo artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Além disso, não há



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### Divisão de Licitação

indícios de que a Administração tenha comunicado os demais participantes sobre a Representação Constitucional apresentada, o que compromete a transparência do certame.

A conduta da Administração violou princípios fundamentais do direito administrativo, tais como Contraditório e Ampla Defesa, Legalidade, Motivação, Razoabilidade e Proporcionalidade.

Diante dessas violações, é imperativa a anulação da decisão que reabilitou a Recorrida, garantindo a lisura do processo licitatório e a igualdade entre os concorrentes.

No item 3, a *RECORRENTE* informa sobre o Pregão Eletrônico nº 31/2024 para contratação de fornecimento de gases medicinais para a Secretaria Municipal de Saúde. A empresa *RECORRIDA* foi inicialmente vencedora, mas, após análise documental em 16 de dezembro de 2024, foi inabilitada, assim como a empresa MLX Comércio de Gases Ltda.

A *RECORRIDA* não apresentou recurso dentro do prazo legal, mas posteriormente ingressou com uma Representação Constitucional, anexando documentos de forma extemporânea. A *RECORRENTE*, discordando da análise sobre a documentação da *RECORRIDA* e apontam vícios insanáveis que resultam no descumprimento do instrumento convocatório, conforme os apontamentos a seguir.

No item 4, letra a, a *RECORRENTE* informa sobre o não atendimento às exigências do edital por parte da recorrida, refutando a ideia de que houve violação do princípio da proposta mais vantajosa. A argumentação sustenta que os princípios que regem a licitação pública devem ser analisados de forma global, sem privilegiar um em detrimento de outros. Embora a Administração deva buscar a proposta mais vantajosa, ela também precisa respeitar princípios fundamentais como legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao edital e julgamento objetivo das propostas.

No item 4, letra a.1, a *RECORRENTE* informa sobre a inabilitação da *RECORRIDA*, que se deu pela falta de apresentação do Licenciamento Sanitário, descumprindo o item 9.12.2 do edital. Informa, ainda, que através de uma peça de Representação Constitucional, trouxe, intempestivamente, o protocolo de renovação da licença sanitária estadual, disponibilizando a imagem de licença de funcionamento de estabelecimento, além de informar, o despacho do Departamento Técnico, que informa sobre a apresentação de “uma inspeção sanitária ocorrida em 18 de março de 2024 e uma publicação em diário oficial na data de 07 de maio de 2024, não apresentando o referido documento do licenciamento sanitário”.

Informa a *RECORRENTE* que a inabilitação da empresa White Martins Gases Industriais Ltda. no certame licitatório se deu devido à não apresentação da Licença Sanitária exigida no edital. Embora a empresa tenha apresentado uma inspeção sanitária e a publicação da renovação da licença no Diário Oficial, esses documentos não substituem a certidão exigida.

O Setor Técnico da Secretaria de Saúde destaca que o sistema de Protocolo Online envia automaticamente a licença sanitária ao e-mail da empresa assim que aprovada, o que indica que a empresa deveria ter o documento e não apresentou justificativa plausível para sua ausência. O Departamento Técnico e a pregoeira reforçam que a exigência da licença visa garantir a segurança sanitária, sendo essencial para a habilitação.

Apesar disso, a Procuradoria Geral do Município (PGM) e o advogado do município recomendaram a reabertura da fase de habilitação, sem sequer analisarem os documentos apresentados. A pregoeira questiona essa decisão, pois fere os princípios da isonomia e vinculação ao



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### Divisão de Licitação

edital, criando um precedente perigoso para futuros certames. A empresa informa que, conforme informação da pregoeira, a “reabertura de sessão e retroação de fase acontece frente à decisão jurídica motivada inicialmente por petição apresentada por empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA via e-mail”, bem como, que em nenhum momento, a “Procuradoria Geral teve acesso aos documentos de habilitação apresentados pelas empresas para participação do certame.”

A *RECORRENTE*, baseada no art. 64, inciso I da lei 14.133/2021, registra “que o parecer da procuradoria quanto à reabertura para substituição de documentos em hipótese de complementação de documento também não foi esclarecido, uma vez que para esta ação é necessário dizer de forma clara qual documento apresentado está sendo complementado,” fazendo o seguinte questionamento: “relativo a qual documento já apresentado pela licitante estaremos solicitando complementação”?

De acordo com a empresa, “a ausência de comprovação de regularidade da Recorrida quando não apresenta a Licença/Alvará Sanitário, deixa claro que, a Recorrida **NÃO POSSUI AS DEVIDAS AUTORIZAÇÕES e LICENÇAS, DESSA FORMA SENDO INDEVIDA A SUA HABILITAÇÃO**”. Cita a *RECORRENTE* as Lei nº 6.360/1976 que dispõe sobre vigilância sanitária, e a Lei nº 9.782/1999 que dispõe da criação e da competência da agência nacional.

No item 4, letra a.2, de acordo com a *RECORRENTE* a *RECORRIDA* apresentou a qualificação econômico-financeira, itens 9.11.1 e 9.11.2 do edital, pertinente as certidões de Faltência e cartório distribuidor, vencidas desde o mês de novembro de 2024, comprometendo sua qualificação econômico-financeira e reforçando a necessidade de sua inabilitação.

No item 4, letra a.3, de acordo com a *RECORRENTE* a *RECORRIDA* não atendeu a regularidade fiscal, item 9.8.3 do edital, pertinente a Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente. Com relação a este questionamento a *RECORRENTE* provavelmente fez alguma confusão. Cita o subitem 6.18, inexistente no edital. Cita ainda, o trecho: “tão ciente da necessidade da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Imobiliários, trouxe aos autos a respectiva Certidão referente ao CNPJ da matriz, suprimindo a apresentação da Certidão da filial participante do certame.” O edital pertinente ao certame licitatório em questão não solicitou certidão de débitos imobiliários.

A *RECORRENTE* informa que a “Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal” não atingiu o objetivo desejado, haja vista que a Certidão não é bastante para comprovar a inexistência de débitos junto à Fazenda Municipal com fato gerador sobre o qual incide tributo Imobiliário, bem como, que a “não apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais válida e vigente referente aos Tributos Imobiliários deveria ser motivo suficiente para INABILITAR OU DESCLASSIFICAR a Recorrida”.

A *RECORRENTE* no decorrer de suas argumentações alega que a empresa vencedora não apresentou a documentação exigida dentro do prazo adequado, contrariando as regras do edital; deixou de comprovar a regularidade fiscal municipal, pois apresentou certidão referente à matriz e não à filial participante do certame; foi beneficiada de forma indevida, recebendo permissão para juntar documentos posteriormente, o que violaria o princípio da isonomia; e que já havia cometido falhas semelhantes em outra licitação, reforçando a necessidade de sua inabilitação, salientado que, diante desses fatos, a recorrente pede a inabilitação da empresa recorrida, alegando afronta aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia e da legalidade, além da necessidade de correção da decisão administrativa por meio do poder de autotutela.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### Divisão de Licitação

Diante dessas irregularidades, o documento conclui que a habilitação da White Martins é indevida, pois a empresa não cumpriu requisitos técnicos e legais, colocando em risco a lisura do processo licitatório e a segurança do serviço público de saúde.

Por fim, a empresa Air Liquide Brasil Ltda., “requer a análise desta peça e aos fatos trazidos, onde pede que a decisão que declarou a empresa Recorrida habilitada/vencedora neste processo seja reconsiderada, para que ela seja declarada **DECLASSIFICADA/INABILITADA** por descumprimento às exigências contidas no ato convocatório.”

“Na esteira do exposto, a **RECORRENTE PEDE O ACOLHIMENTO** desta petição como **RECURSO**, e requer:

1. Seja **reconsiderada** a decisão que declarou a **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.** habilitada e vencedora deste processo, estabelecendo seu julgamento de acordo com os preceitos e normas que regem as licitações públicas, **DECLARANDO A RECORRIDA DESCLASSIFICADA/INABILITADA NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.**

Caso o (a) Sr (a). Pregoeiro (a) não reforme a referida decisão, encaminhe este RECURSO devidamente informado à Autoridade Superior, em conformidade com o art. 71, da Lei nº 14.133/21”.

#### **DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:**

A empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA apresenta suas contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, contestando os argumentos apresentados e defendendo a manutenção da decisão que a declarou vencedora do certame, com base nos fundamentos a seguir.

Inicia informando que as mesmas foram protocoladas dentro do prazo legal, respeitando o período estabelecido no edital e legislação aplicável.

Alega que a AIR LIQUIDE Recorre contra resultado da licitação que foi favorável para o interesse público e não para o interesse particular da recorrente. Reforça que apresentou a oferta mais econômica, resultando em uma diferença de R\$ 131.760,00 por ano e uma potencial economia de até R\$ 658.000,00 em cinco anos caso o contrato seja prorrogado. A proposta da Air Liquide, classificada em 3º lugar, tem um custo significativamente superior, tornando sua pretensão de revisão do resultado contrária ao interesse público e ao princípio da economicidade.

A alegação da AIR LIQUIDE de que houve cerceamento de defesa não procede. Segundo a contra recorrente, a decisão administrativa de revisão do certame baseia-se no princípio da autotutela, que permite a Administração corrigir seus próprios atos revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados em desconformidade com a legislação. Continua informando que a contrarrecorrente “não tinha direito adquirido à contratação” considerando que o certame não havia sido adjudicado e homologado (estava “em adjudicação”), sendo assim alega que a empresa não tinha direito ao contraditório e ampla defesa a respeito do ato de retornar à fase de habilitação. Para isto informa de jurisprudência do STJ e Tribunais de Contas que reforçam que licitantes possuem apenas uma expectativa de direito antes da adjudicação, não havendo obrigatoriedade de contraditório nessa fase.

Continua alegando que a recorrida questiona a habilitação da WHITE MARTINS quanto da ausência de licenciamento sanitário adequado. No entanto, afirma que comprovou que, na data da sessão pública, possuía Certificado de Boas Práticas de Fabricação para Gases Medicinais e Autorização de Funcionamento da ANVISA, bem como anexou comprovante de que a empresa havia sido inspecionada por Órgão de Vigilância do Município, o qual emitiu certificado atestando a situação de regularidade da empresa, além do licenciamento sanitário estadual vigente através de comprovantes complementares apresentados, restando comprovada sua regularidade perante os órgãos competentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Divisão de Licitação

Acrescenta ainda que as alegações da AIR LIQUIDE sobre supostas irregularidades na habilitação da White Martins são infundadas, uma vez que a, segundo ela, foi apresentado certidão de falência dentro do prazo exigido pelo edital, comprovando sua regularidade, bem como certidão de regularidade fiscal municipal relativa a tributos mobiliários e imobiliários e também certidão de inexistência cadastral. Fez destacar ainda que segundo ela a AIR LIQUIDE “não apresentou anexou comprovante de regularidade fiscal relativa a tributos imobiliários em sua documentação.”

Informa que a AIR LIQUIDE sugere que houve favorecimento à White Martins, mas não apresenta qualquer prova concreta. Segundo a WHITE MARTINS, os atos administrativos do certame foram conduzidos de maneira transparente, isonômica e em conformidade com a legislação vigente.

E finaliza pedindo pelo “NÃO PROVIMENTO do recurso interposto pela CONTRARRAZOADA, pois totalmente desprovido de razões fáticas e de fundamento legal, constituindo medida perturbadora do regular andamento do processo, devendo ser mantida incólume a decisão que declarou a WHITE MARTINS vencedora da licitação” e “Na hipótese do recurso interposto pela AIR LIQUIDE seja encaminhado para Autoridade Superior competente, que as presentes contrarrazões sejam encaminhadas em conjunto, em atendimento ao disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.”

**DO MÉRITO:**

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

Esta Pregoeira/Agente de Contratação entende, ainda, que qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Observados os ritos legais, informo que o recurso e contrarrazão ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após o exposto na interposição do recurso e do contrarrecurso, diante dos itens reclamados pela **RECORRENTE** e pela **RECORRIDA** e para melhor decisão do recurso apresentado, antes a manifestação desta Pregoeira, necessário se fez enviá-lo, ao Setor solicitante, a Secretaria Municipal de Saúde, com vista ao setor técnico para manifestação do informado no recurso e contrarrecurso, tendo em vista ser o setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, bem como, a Procuradoria Geral do Município para análise e parecer. As manifestações e argumentações apresentadas serão de suma importância para decisão.

As respostas foram despachadas no processo nº 02635/2025 pertinente ao recurso e contrarrecurso, referente ao processo licitatório nº 6840/2024.

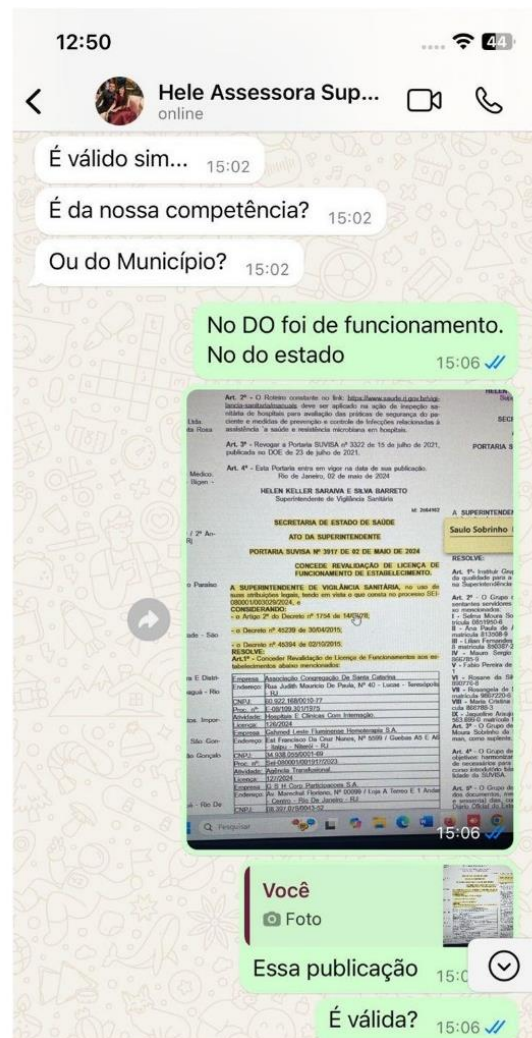
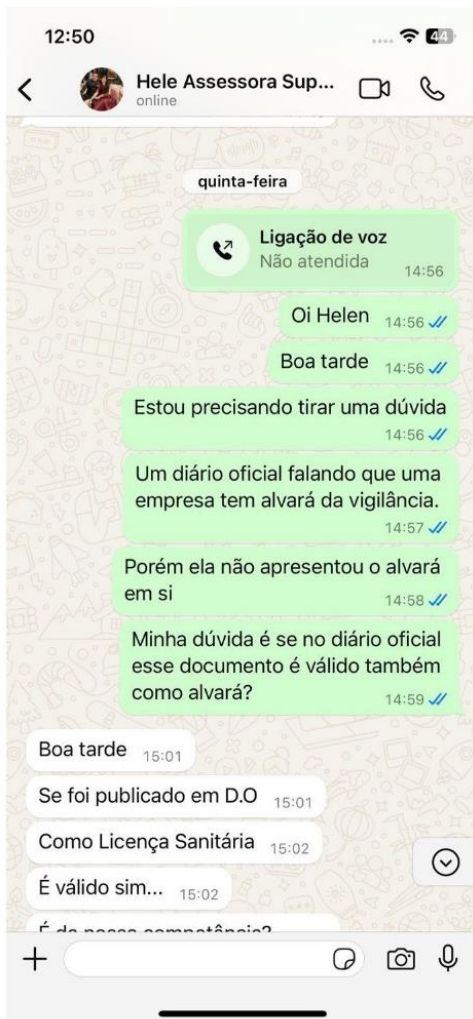


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação

• **DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE:**

A secretaria solicitante, através do setor ficou responsável pela análise técnica dos documentos apresentou a seguinte informação:

“Em resposta ao processo 6840/24 reenvio a conversa de whatsapp (abaixo) entre eu Felipe Portela e a Superintendência da Vigilância Sanitária que mostra que o documento de lincenciamento sanitário da empresa White Martins é apto. Ao GP para deliberação”.

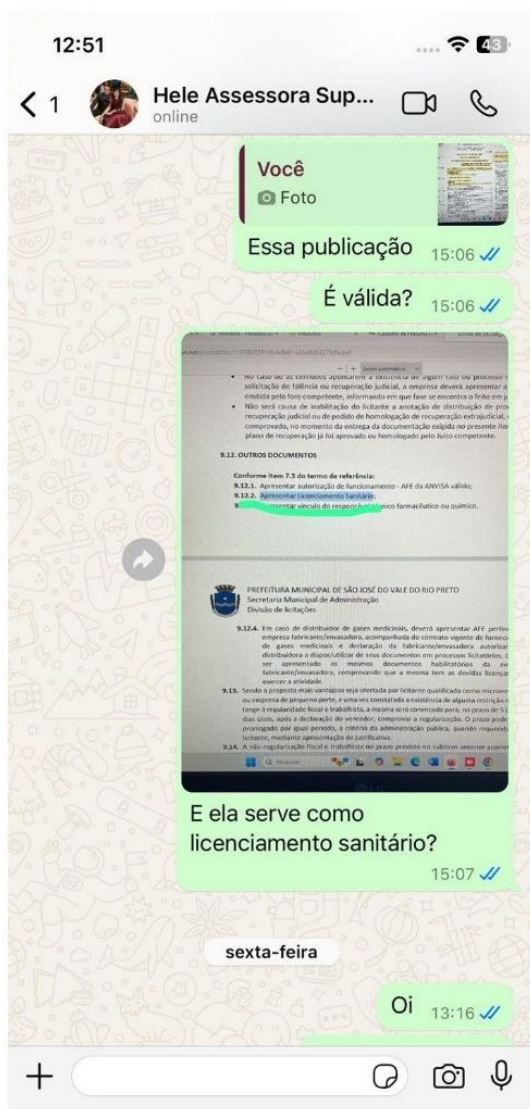




# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### Divisão de Licitação



#### • DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Em anexo será disponibilizado arquivos com os pareceres completos por parte do Douto Advogado do Município.

Seguindo os méritos, faço constar que a decisão de reabrir a sessão e realizar diligência para análise da empresa peticionante foi tomada com base na manifestação do setor jurídico, que declarou a empresa habilitada, considerando documentos preexistentes.

Em seu parecer constante no processo nº 17438/202024 o Douto Advogado no evento # 5 cita o Acórdão 1211/2011 do TCU que sustenta: "Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes (...), e ainda "não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." Finaliza o parecer deliberando para que: "a empresa peticionante ser declarada habilitada".



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

• **QUANTO AO RECURSO E CONTRARRECURSO APRESENTADOS:**

Informo que na abertura da sessão somente a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS reapresentou documentos já enviados (não houve apresentação de documento novo).

Assiste a RECORRENTE com razão quanto ao reclamado no item 2, de que a RECORRIDA não manifestou intenção de recurso no prazo e de forma correta. A Sessão foi reaberta após petição feita pela RECORRIDA e deferida pela Procuradoria Geral do Município. Entretanto, em momento algum, houve cerceamento de defesa e do direito à ampla defesa e do contraditório.

Faço constar aviso desta Pregoeira no chat do dia 22/01/2025, as 11:27:46 horas, com a seguinte informação:

“Informo que, tendo em vista o entendimento do Procuradoria Geral do Município e deliberação do Exmo. Sr. Prefeito, reabrirei a Sessão pertinentes a este Pregão. Os documentos que ora anexo a plataforma, na aba arquivos constam as razões para tal ato”.

Faço constar, ainda, as informações constantes no chat do dia 22/01/2025, as 14:52:17 e 15:00:01, as seguintes informações:

“Faço constar que nesta data, aproximadamente as 14:00 horas, dei ciência as empresas participantes da reabertura da Sessão, através dos telefones a seguir: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA (telefones: 11 5509 8300 ou 11 9751 97052) WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (telefones: 21 3279 9513 ou 21 2132 7995) MLX COMERCIO DE GASES LTDA (telefones: 21 2496 3888 ou 21 98189 8354) IBG – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA (telefones: 11 2136 8500, 11 2136 8552 ou 21 2136 8534)

Faço constar, ainda, que nesta data, as 13:42 e 14:31 horas, dei ciência as empresas participantes da reabertura da Sessão, através dos e-mails informados a seguir: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA (e-mail: [andressa.formigoni@airliquide.com](mailto:andressa.formigoni@airliquide.com) e [gisella.franca@airliquide.com](mailto:gisella.franca@airliquide.com)), WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (e-mail: [lq.br.licitacao@linde.com](mailto:lq.br.licitacao@linde.com)), MLX COMERCIO DE GASES LTDA (e-mail: [financeiro@mlxgases.com.br](mailto:financeiro@mlxgases.com.br)) e IBG – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA (e-mail: [Licitacao@ibg.com.br](mailto:Licitacao@ibg.com.br))

As informações acima, podem ser verificadas no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/BatchList?param1=%5Bgkz%5DQUOAAOuQTLMHja7CF9zwNiSYioOjalsSAGZskltneU4GnptYEyytdxsUGF2R8xjyCeWxE7W47Kpq6TLmeOOfyfil0wZKpkft14VLAEdO2fs%3D&param2=1> ).

Faço constar que durante análise jurídica dos documentos apresentados na fase recursal, foi levantado dúvidas quanto a exequibilidade da proposta mais vantajosa. Informo que por solicitação desta Pregoeira, através da Plataforma BLL Compras, ainda na fase de conferência documental, foi solicitado DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DE PREÇO(S), conforme abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação



WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (Filial)  
RUA GUIANAS, N. 80 PARTE, CAMPOS ELISEOS  
CNPJ 35.820.448/0007-21 Insc. Est. 83118113  
CEP 25225-170  
DUQUE DE CAXIAS/ RJ - Fone: (21) 96817-8879  
E-mail: victor.lourenco@linde.com

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (Matriz)  
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 04200, BLC 3 SAL 101 à 701  
CNPJ 35.820.448/0001-36 I.E.83.120.223  
Insc. Municipal: 73.194-3  
CEP: 22.640-907 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – R.J.  
Fone / fax: 0800 709 9000 / 08007099001

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DE PREÇO(S)

Ao  
Município de São José do Vale do Rio Preto - Estado do Rio de Janeiro


Ref.: Pregão Eletrônico nº 31/2024

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade empresária, com matriz na Av. das Américas, nº 04200, BLC 3 SALAS, 101, 201, 301, 401, 501, 601 e 701, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-907, **com filial estabelecida em Duque de Caxias/RJ, na Rua das Guianas. 80 – parte, Campos Eliseos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.850.448/0007-21, doravante denominada “WHITE MARTINS,** em resposta à diligência realizada por este Município com fulcro no disposto no art. 59, inciso IV, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, declara garantir a entrega do(s) produto(s) mediante preço(s) ofertado(s) no certame, bem como está ciente de que eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo da vigência do contrato será devidamente analisado por esta Administração, tendo em vista o desconto ofertado no presente certame.

Por fim, afirma que o (s) preço (s) apresentado (s) no certame é (são) exequível(is), tendo sido conscientemente e voluntariamente ofertado (s) por esta empresa, após análise e otimização dos custo(s) atualmente suportado(s) por esta empresa para realização de seu fornecimento.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente.

Duque de Caxias, 12 de dezembro de 2024

Documento assinado digitalmente  
 VICTOR LOURENÇO OLIVEIRA  
Data: 12/12/2024 08:40:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Victor Lourenço Oliveira  
RG: 21.425.531-7 / CPF: 155.236.967-65  
Gerente de Negócios  
Tel.: (21) 96817-8879  
E-mail: victor.lourenco@linde.com  
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Page 1 of 1  
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2024

Ressalto que os princípios da Administração não podem ser aplicados de forma isolada ou em detrimento de outros de igual relevância, todos devem ser considerados. Sem falar que a jurisprudência pátria e os entendimentos consolidados pela doutrina destacam que o princípio da economicidade não pode ser aplicado de maneira a flexibilizar exigências que visem garantir a idoneidade técnica do objeto licitado, especialmente em situações que envolvem a saúde pública. Nesse sentido, a economicidade deve estar condicionada ao atendimento prévio das condições estabelecidas no edital, sobretudo aquelas de natureza técnica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Quanto ao reclamado pela RECORRENTE no item a.1, ausência do licenciamento sanitário da recorrida, item 9.12.2 do edital, faço constar neste momento (considere-se, neste momento, a mudança de gestão devido as últimas eleições municipais) o parecer constante no processo evento # 68, do processo nº 06840/2024:

“CONSIDERANDO O DOCUMENTO JUNTADO PELA WHITE MARTINS COM RELAÇÃO A LINCECIAMENTO SANITÁRIO. ESTE FOI ANALISADO PELA SUPERINTENDENTE DE VIGILANCIA SANITÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. E A MESMA CONFIRMOU QUE O DOCUMENTO JUNTADO PELA EMPRESA É VALIDO”.

E ainda a informação do evento #11, processo nº 02635/2025:

“Em resposta ao processo 6840/24 reenvio a conversa de whatsapp entre eu Fellipe Portela e a Superintendência da Vigilância Sanitária que mostra que o documento de linceciamento sanitário da empresa White Martins é apto.

Ao GP para deliberação”.

Quanto ao reclamado pela RECORRENTE no item a.2, do não atendimento à qualificação econômico-financeira, item 9.11 do edital, de que as Certidões encontravam-se vencidas desde novembro de 2024 não procede.

Quanto ao reclamado pela RECORRENTE no item a.3, do não atendimento à regularidade fiscal perante a fazenda municipal, item 9.8.3 do edital, bem como, da necessidade da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Imobiliários, além de trazer aos autos a Certidão referente ao CNPJ da matriz, suprimindo a apresentação da Certidão da filial, não procede. O edital pertinente ao certame licitatório em questão não solicitou certidão de débitos imobiliários e as certidões apresentadas são referentes a tributos municipais.

Abaixo segue o CNPJ e as Certidões reclamadas e apresentadas pela empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA no procedimento licitatório, pertinentes aos itens acima informados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação

18/11/2024, 15:11

about:blank

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.820.448/0007-21 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/08/1993
NOME EMPRESARIAL WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 20.14-2-00 - Fabricação de gases industriais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 28.89-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios 33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente 33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 46.46-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.83-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 46.84-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas (Dispensada *) 72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais (Dispensada *) 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (Dispensada *) 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 88.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R GUIANAS	NÚMERO 80	COMPLEMENTO PARTE	
CEP 25.225-170	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO DUGUE DE CAXIAS	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO ATENDIMENTO@SAC.WHITE MARTINS.COM.BR		TELEFONE (21) 2773-7821	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/11/2024 às 15:10:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

about:blank

1/1

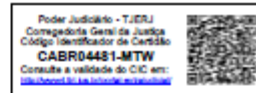


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DUQUE DE CAXIAS DCP  
Rua General Dionísio, 764  
CEP: 25.075-095 - DUQUE DE CAXIAS - RJ

Folha: 1 de 2



**CERTIDÃO**  
**2024.3778505.876-1**

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de contas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:

vinete e cinco de outubro de dois mil e quatro até vinete e cinco de outubro de dois mil e vinte e quatro,

**CONSTAM no(s) nome(s) de WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e CNPJ: 35.820.448/0007-21, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2024.3778505.876-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral, as seguintes ações:**

**Cível**

Processo: 0016648-89.2020.8.19.0021 A - 6ª Vara Cível de Duque de Caxias - Classe: Cumprimento de sentença - Assunto: Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material;Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar;Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral  
Distribuição: 29/04/2020 - Ofício Registro: Distribuidor de Duque de Caxias  
White Martins Gases Industriais Ltda (Réu)  
CNPJ 35.820.448/0007-21  
Endereço: RUA Guianas, 80 Parte - CEP: 25225-170 - Campos Eliseos - Duque de Caxias - RJ;  
Processo: 0818260-73.2022.8.19.0210 - 6ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias - Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - Assunto(s): Interpretação / Revisão de Contrato / Indenização Por Dano Material - Outros  
Distribuição: 11/07/2023  
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. (RÉU)  
CPJ 35.820.448/0007-21  
Endereço: Rua Guianas, 80 parte - Campos Eliseos - RJ

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - LICITAÇÃO.

- ✓ Válido somente com Código Identificador de Certidão - CIC.
- ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.rj.gov.br/portal-justica/certidao>
- ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.
- ✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
- ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
- ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
- ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.
- ✓ Os fechos da Justiça Militar Estadual tramitam, exclusivamente, na Comarca da Capital, não sendo abrangidos por esta certidão. A certidão referente à Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro deve ser solicitada aos distribuidores da Capital, selecionando COMARCA DA CAPITAL.

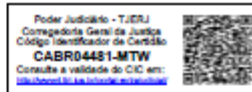


**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Divisão de Licitação**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**DUQUE DE CAXIAS DCP**  
Rua General Dionísio, 764  
CEP: 25.075-095 - DUQUE DE CAXIAS - RJ

Folha: 2 de 2



ALVARO MARCELO DE AMORIM - Matr. 17056 - ANALISTA JUDICIÁRIO deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/10/2024 13:33:06

DUQUE DE CAXIAS, 25 de outubro de 2024.

Emolumento:  
Gratuito/Teneto

- 
- ✓ Válido somente com Código Identificador de Certidão - CIC.
  - ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página: <http://www.poderjudicial.rj.gov.br/portal-estadual/verificacao>
  - ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.
  - ✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
  - ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.
  - ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
  - ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.
  - ✓ Os feitos da Justiça Militar Estadual tramitam, exclusivamente, na Comarca da Capital, não sendo abrangidos por esta certidão. A certidão referente à Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro deve ser solicitada aos distribuidores da Capital, selecionando COMARCA DA CAPITAL.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Divisão de Licitação**



**Poder Judiciário**  
**Estado do Rio de Janeiro**

**CERTIDÃO**

**Nº 2024.200.30566**

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **WHITE MARTINS CASES INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ/CPF nº 35.820.448/0007-21, **CERTIFICO**, para fins de prova em Licitação Pública que, de acordo com o artigo noventa e oito, item dezessete, da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Livro III do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), baixada em complementação à Resolução número um, de vinte e um de março de mil novecentos e setenta e cinco, do mesmo Tribunal, os **Ofícios de Justiça da Comarca de DUQUE DE CAXIAS** são em número de sete, competindo ao: **1º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição (2º Distrito); **2º Ofício** - tabelião de notas e oficial privativo dos registros de títulos e documentos, de protesto de títulos, registro civil de pessoas jurídicas; **3º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição (3º Distrito); **4º Ofício** - tabelião de notas; **5º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição (parte do 1º Distrito situado à margem direita do eixo da linha férrea de quem se dirige para Imbariê); **6º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição (parte do 1º Distrito situado à margem esquerda do eixo da linha férrea de quem se dirige para Imbariê); **7º Ofício** - tabelião de notas, oficial do Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição (4º Distrito). **CERTIFICO** ainda, que, compete ao RCPN da 1ª Circunscrição do 1º Distrito, o Registro Civil de Pessoas Naturais e Registro de Interdições e Tutelas; absorveu as atribuições e acervos do RCPN da 2ª Circunscrição do 1º Distrito. Em conformidade com os artigos doze e quatorze do Capítulo três da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, na **Comarca de DUQUE DE CAXIAS**, existe apenas um **Cartório de Distribuição** com atribuições cumulativas de Contador e de Partidor. **DUQUE DE CAXIAS CENTRAL DIST CALC PART AVAL**: Rua General Dionísio, 764 sala 109 e 303 anexo - Jardim Vinte e Cinco de Agosto;

A seguir os respectivos endereços dos serviços: **DUQUE DE CAXIAS 01 OF DE JUSTICA**: Praça Roberto Silveira, 23 ; **DUQUE DE CAXIAS 03 OF DE JUSTICA**: RUA CONDE DE PORTO ALEGRE, 24 LOJAS A e B; **DUQUE DE CAXIAS 04 OF DE JUSTICA**: Rua Conde de Porto Alegre, 15 Loja 11; **DUQUE DE CAXIAS 06 OF DE JUSTICA**: Av. Presidente Vargas, 187 ljs 12 e 13; **DUQUE DE CAXIAS 07 OF DE JUSTICA**: PRAÇA ROBERTO SILVEIRA, 11 ; **DUQUE DE CAXIAS RCPN 01 DISTR 01 CIRC**: Rua Deputado Ampliato Cabral, 139 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto.

**Observações:**



- a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 28/10/2024 10:15:43.

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro  
Valor cobrado: R\$ 29,39 GRERJ Nº 9273630864693



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação

		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS</b>		Página: 1/1	
AL Esmeralda, nº, Jardim Primavera - 25215-260 Email:iss@duquedecaxias.rj.gov.br Fone:(21)-2773-6241					
<b>Nº: 359585/2024</b>					
<b>CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - IMOBILIÁRIA</b>					
 100214206072820249926301					
<b>NOME</b> White Martins Gases Industriais Ltda				<b>CÓDIGO DO CADASTRO</b> 2060728	
<b>CPF/CNPJ</b> 35.820.448/0001-36		<b>RG/INSCR. ESTADUAL</b>		<b>INSCRIÇÃO MUNICIPAL</b> 2.2.723.001.001	
<b>MATRICULA</b>		<b>QUADRA</b>		<b>LOTE</b>	
<b>ENDEREÇO</b> Rua Guianas - 80 - Complemento: ANTIGA RUA 40 area nao loteada - Bairro: Parque Campos Eliseos - Duque de Caxias/RJ - 25225170					
<b>FINALIDADE</b> Licitação					
<b>OBSERVAÇÃO:</b>					
<b>Emissão:</b> 30/09/2024. <b>Impressão:</b> 30/09/2024. <b>Validade:</b> 29/12/2024.					
<b>Observações</b>					
<p>Certifico que até a presente data os <b>DÉBITOS ENCONTRAM-SE SENDO PAGOS REGULARMENTE</b> para o contribuinte acima identificado. Fica ao município o direito de cobrança e fiscalização a quaisquer débitos que vierem a ser verificados posteriormente, acrescidos das penalidades cabíveis, conforme art. 273 C.T.M..Essa certidão inclui <b>TAXAS, ISS, IPTU E Dividas Ativa</b>, na forma do art. 2º, inc. IV da portaria 007/GS/SMF/2016.</p> <p style="text-align: center;"> _____ Roberto Muri P. Junior Diretor de Arrecadação Tributária Matrícula: 37.288-9</p>					
A certidão somente terá validade quando não apresentar rasuras, emendas, ou borrões, ficando condicionada a veracidade da mesma, exclusivamente, pelo aceite no endereço eletrônico: <a href="http://www.tributosnet.com.br/duquedecaxias/portal">http://www.tributosnet.com.br/duquedecaxias/portal</a>					

Emitido por: - 30/08/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação

		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS</b>		Página: 1/1	
AL Esmeralda, n°. Jardim Primavera - 25215-260 Email: iss@duquedecaxias.rj.gov.br Fone: (21)-2773-6241					
<b>Nº: 359506/2024</b>					
<b>CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - MOBILIÁRIA</b>					
 1002140082/612024149/291					
<b>NOME</b> White Martins Gases Industriais Ltda				<b>CÓDIGO DO CADASTRO</b> 82787	
<b>CPF/CNPJ</b> 35.820.448/0007-21		<b>RG/INSCR. ESTADUAL</b> 83.118.113		<b>INSCRIÇÃO MUNICIPAL</b> 99100293	
<b>MATRICULA</b>		<b>QUADRA</b>		<b>LOTE</b>	
<b>ENDEREÇO</b> Rua Guianar - 80 - Complemento: PARTE - Bairro: Campos Elíseos - Duque de Caxias/RJ - 25225170					
<b>FINALIDADE</b> Licitação					
<b>OBSERVAÇÃO:</b>					
Emissão: 28/09/2024. Impressão: 30/09/2024. Validade: 28/12/2024.					
<b>Observações</b>					
Certifico que até a presente data os <b>DÉBITOS ENCONTRAM-SE SENDO PAGOS REGULARMENTE</b> para o contribuinte acima identificado. Fica ao município o direito de cobrança e fiscalização a quaisquer débitos que vierem a ser verificados posteriormente, acrescidos das penalidades cabíveis, conforme art. 273 C.T.M..Essa certidão inclui TAXAS, ISS, IPTU E Dívidas Ativas, na forma do art. 2º, inc. IV da portaria 007/GS/SMF/2016.					
 Roberto Muri P. Junior Diretor de Arrecadação Tributária Matrícula: 37.288-9					
A certidão somente terá validade quando não apresentar rasuras, emendas, ou borrões, ficando condicionada a veracidade da mesma, exclusivamente, pelo aceite no endereço eletrônico: <a href="http://www.tributosnet.com.br/duquedecaxias/porta1">http://www.tributosnet.com.br/duquedecaxias/porta1</a>					
Emitido por: - 30/08/2024					

Diante das informações expostas, bem como, informações do Setor Solicitante, esta Pregoeira informa que em qualquer procedimento licitatório, antes da adjudicação, o vencedor da licitação não é titular de nenhum direito, mesmo porque nem houve assinatura do contrato ainda. Em defesa do interesse público, a administração pode rever seus atos a qualquer momento e o licitante possui mera expectativa de direito, não se podendo falar em ofensa ao contraditório e à ampla defesa, previstos no Artigo 165, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**DO JULGAMENTO:**

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

licitatório, dentre eles a vinculação ao edital;

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo;

Considerando que se tratando de procedimento licitatório, não se pode esquecer que tanto a Administração Pública quanto os licitantes se vinculam às cláusulas do edital, cláusulas essas que são a lei interna que rege o certame, havendo, portanto, a necessidade de se cumprir estritamente o que nele se prevê, sem que o processo licitatório seja interpretado de forma qualquer;

Considerando que esta Administração Pública se baseia no princípio da vinculação ao edital, e deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes;

Considerando informação do Setor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde que informa: "CONSIDERANDO O DOCUMENTO JUNTADO PELA WHITE MARTINS COM RELAÇÃO A LINCECIAMENTO SANITÁRIO. ESTE FOI ANALISADO PELA SUPERINTENDENTE DE VIGILANCIA SANITÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. E A MESMA CONFIRMOU QUE O DOCUMENTO JUNTADO PELA EMPRESA É VALIDO", ou seja, válida, neste momento, o licenciamento sanitário, item 9.12.2 do edital;

Considerando que o recurso discorre, em sua essência, sobre o atendimento ao item 9.12.2 do edital, que exige a apresentação do Licenciamento Sanitário, e considerando que a diligência realizada na reabertura da sessão teve como objetivo certificar o atendimento a essa exigência, salvo melhor juízo, a conversa registrada via aplicativo de mensagens, conforme exposto acima, comprova que a empresa atende ao requisito editalício.

Considerando as solicitações, tanto da empresa AIR LIQUIDE BRASIL e da WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA que encaminhasse o recurso e contrarrecurso à Autoridade Superior;

Considerando art. 4º, inciso XII e art. 12, inciso VI, do Decreto nº 3.847 de 2024, que deliberam quanto ao envio de recurso à autoridade máxima;

**DA DECISÃO:**

Esta Pregoeira/Agente de Contratação, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa AIR LIQUIDE BRASIL, denominada **RECORRENTE**, para **INDEFERI-LO** em sua totalidade, permanecendo a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA como habilitada para o item 1. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 07 de março de 2025

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
**Agente de Contratação/Pregoeira**